

# CONSELHO GERAL REGIMENTO INTERNO

(Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril de 2008 com as alterações  
introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo  
Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho)

**2013/2017**

## Índice

### CAPÍTULO I – Objeto, Competências e Composição do Conselho Geral

Artigo 1.º - Objeto .....	3
Artigo 2.º - Natureza e âmbito .....	3
Artigo 3.º - Competências .....	3
Artigo 4.º - Composição .....	4
Artigo 5.º - Mandato e substituição dos membros .....	5
Artigo 6.º - Direitos dos membros .....	6
Artigo 7.º - Deveres dos membros .....	6
Artigo 8.º - Incompatibilidades .....	6
Artigo 9.º - Faltas dos membros .....	6
Artigo 10.º - Justificação de presença .....	7
Artigo 11.º - Competências do Presidente .....	7
Artigo 12.º - Competências das Comissões/Grupos de trabalho .....	7

### CAPÍTULO II – Funcionamento do Conselho Geral

Artigo 13.º - Local das reuniões e do funcionamento .....	8
Artigo 14.º - Convocatórias das reuniões .....	8
Artigo 15.º - Ordem de trabalhos .....	8
Artigo 16.º - Duração das reuniões .....	9
Artigo 17.º - Quórum .....	9
Artigo 18.º - Deliberações .....	9
Artigo 19.º - Atas .....	10
Artigo 20.º - Aplicação da deliberações .....	10
Artigo 21.º - Página na Internet .....	10

### CAPÍTULO III – Disposições Finais

Artigo 22.º - Entrada em vigor .....	11
Artigo 23.º - Alterações e omissões .....	11

## **CAPÍTULO I**

### **Objeto, Competências e Composição do Conselho Geral**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O presente Regimento estabelece o quadro de regras de organização interna e de funcionamento do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de S. João da Pesqueira, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (e com o Código do Procedimento Administrativo, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho), bem como com o Regulamento Interno do Agrupamento.

#### **Artigo 2.º**

##### **Natureza e âmbito**

1. O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade do agrupamento assegurando a participação e representação da Comunidade Educativa, nos termos e para o efeito do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.
2. O presente Regimento aplica-se a todos os membros que constituem o Conselho Geral.

#### **Artigo 3.º**

##### **Competências**

1. Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por Lei ou pelo Regulamento Interno, ao Conselho Geral compete:
  - a) eleger o respetivo Presidente, de entre os seus membros, por maioria absoluta;
  - b) eleger o Diretor, nos termos dos artigos 21º a 23º do decreto-lei n.º 75/2008;
  - c) aprovar o Projeto Educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
  - d) aprovar o Regulamento Interno;
  - e) aprovar os Planos Anual e Plurianual de Atividades;
  - f) apreciar os Relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do Plano Anual e plurianual de Atividades;
  - g) aprovar as propostas de contratos de autonomia;
  - h) definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
  - i) definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo Diretor, das atividades no domínio da ação social escolar;
  - j) aprovar o relatório de contas de gerência;
  - k) apreciar os resultados do processo de autoavaliação;
  - l) pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
  - m) acompanhar a ação dos demais órgãos de administração e gestão;
  - n) promover o relacionamento com a comunidade educativa;
  - o) definir os critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas;
  - p) abrir o processo de concurso para a eleição do Diretor;
  - q) incumbir a sua comissão permanente de elaborar um relatório de avaliação para

- apreciar as candidaturas a Diretor;
- r) dar posse ao Diretor;
- s) reconduzir ou não o Diretor;
- t) fazer cessar o mandato do Diretor em caso de manifesta desadequação da respetiva gestão, fundada em atos comprovados e informações devidamente fundamentadas, apresentadas por qualquer membro do Conselho Geral aprovada por maioria de dois terços dos membros em efetividade de funções;
- u) dirigir recomendações aos restantes órgãos, tendo em vista o desenvolvimento do Projeto Educativo e o cumprimento do Plano Anual de Atividades;
- v) participar nos termos definidos em diploma próprio, no processo de avaliação do desempenho do diretor.
- w) decidir os recursos que lhe são dirigidos.
- z) aprovar o mapa de férias do diretor.
2. No desempenho das suas competências, o Conselho Geral tem o direito a:
- a) requerer aos restantes órgãos as informações necessárias para realizar, eficazmente, o acompanhamento e avaliação do funcionamento do agrupamento de escolas, bem como dirigir recomendações com vista ao desenvolvimento do Projeto Educativo e ao cumprimento dos Planos Anual e Plurianual de Atividades.
- b) constituir no seu seio comissões ou grupos de trabalho, definidos em plenário, para o efeito do exercício das suas competências.
3. Eleger um dos conselheiros para substituir o Presidente, única e exclusivamente, em caso de impedimento de última hora.

#### **Artigo 4.º** **Composição**

1. O Conselho Geral é composto por representantes dos docentes, representantes do pessoal não docente, representantes dos alunos, representantes dos pais e encarregados de educação, representantes da autarquia e representantes da comunidade local.
2. O Conselho Geral tem a composição seguinte:
- a) oito representantes do pessoal docente;
- b) dois representantes do pessoal não docente;
- c) dois representantes dos alunos;
- d) três representantes dos pais e encarregados de educação;
- e) três representantes da autarquia;
- f) três representantes da comunidade local;
- f) o Diretor participa nas reuniões do Conselho Geral sem direito a voto (ponto 11 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril).
- 2.1. Elementos que constituem o Conselho Geral:

	<b>Nomes</b>
Presidente do Conselho Geral	Amadeu da Costa e Castro
Representantes do Pessoal Docente	José Luís Cardoso Rodrigues António Flávio da Costa Sequeira Anabela Reis Martins

	Manuel Armando Fonseca Ferreira Helena Maria Cardoso Rodrigues José Júlio Frias Rodrigues João Pedro Adegas Carvalho Laura M. Gomes Sousa Amado Santos
Representantes do Pessoal Não Docente	Alice Maria Fonseca Escudeiro Isabel Maria Caramelo Gomes Silva
Representantes dos Pais e Encarregados de Educação	Frederico Alexandre dos Santos Selores Cristina Paula G. Ferronha Silva Cristina Alexandra G. Moura Lopes
Representantes dos Alunos	Joana Margarida Calção Pereira Ana Luísa Almeida Covas
Representantes da Autarquia	José Vítor Fernandes Sobral Delfina Sofia A. dos Santos Tavares Carla Teresa F. Fernandes Madureira
Representantes da Comunidade Local	<u>Caixa de Crédito Agrícola</u> Virgílio Lopes <u>PesqueirAmiga</u> Aida Cristina Pereira Sequeira Diogo <u>Associação Socio Cultural de Trevões</u> Amadeu da Costa e Castro
Diretora	Agostinha Menezes Fonseca Veiga

### Artigo 5.º

#### Mandato e Substituição de Membros

1. O mandato dos membros do Conselho Geral tem a duração de quatro anos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. Salvo quando o Regulamento Interno fixar diversamente e, dentro do limite referido no número anterior, o mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação e dos alunos tem a duração de dois anos escolares.
3. Os membros do Conselho Geral são substituídos no exercício das suas funções se, entretanto, perderem a qualidade que possibilitou a respetiva eleição/designação ou por impedimento de carácter pessoal devidamente fundamentado junto do Presidente do Conselho Geral.
4. As vagas resultantes da cessação de mandato serão preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respetiva ordem de precedência a que pertencia o titular do mandato, quando aplicável, ou pelos membros suplentes da mesma lista, pelo disposto no nº4, do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 75/2008.
5. Os membros do Conselho Geral podem pedir a suspensão provisória do mandato e a respetiva substituição em caso de:
  - a) doença presumivelmente prolongada, devidamente comprovada através de declaração médica;
  - b) assistência inadiável à família, devidamente comprovada através de declaração médica;
  - c) atividade de serviço oficial;
  - d) atividades de formação profissional;

- e) outras situações devidamente ponderadas pelo Conselho Geral.
- 6. A suspensão do mandato cessa no fim do impedimento que levou à suspensão, devendo o Presidente do Conselho Geral ser informado por escrito.
- 7. O regresso ao exercício de funções do titular faz cessar automaticamente os poderes do substituto.
- 8. Se alguma das entidades indicadas para representar a comunidade local não pretender continuar a ser representada no Conselho Geral ou não reunir condições para isso, caberá ao Conselho Geral cooptar outra.

### **Artigo 6.º**

#### **Direitos dos membros**

- 1. Constituem direitos dos membros do Conselho Geral:
  - a) ter acesso aos documentos preparatórios das reuniões;
  - b) apresentar moções, requerimentos ou propostas;
  - c) expressar livremente a sua opinião;
  - d) participar na discussão dos assuntos submetidos à apreciação do Conselho Geral;
  - e) participar nas votações;
  - f) participar ativamente nos trabalhos das comissões e grupos de trabalho;
  - g) dispor do apoio logístico para o exercício das suas funções.

### **Artigo 7.º**

#### **Deveres dos membros**

- 1. Constituem deveres dos membros do Conselho Geral:
  - a) comparecer às reuniões do plenário deste órgão e das comissões a que pertençam, respeitando o horário de funcionamento das mesmas, salvo quando motivos de força maior o impeçam;
  - b) participar ativamente nas ações em curso e sempre que para o efeito for requerida a sua participação;
  - c) respeitar a dignidade do Conselho Geral e dos respetivos membros;
  - d) observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento Interno;
  - e) contribuir para a eficácia e o prestígio do Conselho Geral.

### **Artigo 8.º**

#### **Incompatibilidades**

Os membros do Conselho Geral não podem pertencer a qualquer outro órgão de direção, administração e gestão do agrupamento de escolas, incluindo o Conselho Pedagógico.

### **Artigo 9.º**

#### **Faltas dos membros**

- 1. Será marcada falta de presença sempre que qualquer membro não compareça à reunião.
- 2. Serão consideradas como justificadas, todas as faltas dadas por motivo de saúde ou de outro impedimento não imputável ao sujeito da falta.

3. Os pedidos de justificação de falta são apresentados, oralmente ou por escrito, ao Presidente do Conselho Geral, antecipadamente, ou até quarenta e oito horas após a reunião, acompanhados pelos documentos achados convenientes por correio eletrónico e/ou pessoalmente.
4. Todos os membros do Conselho Geral que tiverem dado três faltas injustificadas perdem o respetivo mandato.

#### **Artigo 10.º** **Justificação de presença**

1. A pedido de qualquer membro do Conselho Geral será passada declaração de presença, assinada pelo Presidente.

#### **Artigo 11.º** **Competências do Presidente**

Compete ao Presidente do Conselho Geral:

1. Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.
2. Presidir às sessões, dirigir os trabalhos, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento.
3. Admitir ou rejeitar as propostas e reclamações, verificando a sua legalidade, bem como a de todos os atos dos membros do Conselho Geral.
4. Pôr à consideração, discussão e votação todas as propostas e requerimentos que forem admitidos.
5. Dar conhecimento de todas as informações, comunicações, projetos e reclamações pertinentes para o bom funcionamento do órgão e cumprimento das suas funções.
6. Convocar todos os membros para as reuniões.
7. Coordenar comissões especializadas para cumprimento das competências do Conselho Geral.
8. Diligenciar para que o Diretor forneça, em tempo útil, a documentação solicitada pelo Conselho Geral.
9. Assegurar o cumprimento do Regimento e das deliberações do Conselho Geral.
10. Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por Lei, pelo Regimento ou por deliberação do Plenário.

#### **Artigo 12.º** **Competências das comissões/grupos de trabalho**

1. O Conselho Geral pode constituir comissões especializadas na esfera da sua competência, nas quais poderá delegar, entre as suas reuniões ordinárias, competências de acompanhamento da atividade do Agrupamento.
2. As comissões apreciarão os assuntos ou problemas objeto da sua constituição, apresentando o seu relatório e conclusões nos prazos que vierem a ser afixados, os quais podem ser prorrogados pelo Conselho Geral ou pelo Presidente no intervalo das reuniões.
3. Deverá ser lavrada uma ata em cada uma das reuniões das comissões.

4. Cumpra ao Conselho Geral decidir do carácter permanente ou eventual das referidas comissões.

## **CAPÍTULO II**

### **Funcionamento do Conselho Geral**

#### **Artigo 13.º**

##### **Local das reuniões e de funcionamento**

1. As reuniões realizar-se-ão em local a designar para o efeito, de entre os seguintes locais:
  - a) Escola Básica e Secundária de S. João da Pesqueira;
  - b) Centro Escolar de S. João da Pesqueira;
  - c) Centro Escolar de Ervedosa do Douro;
  - d) Centro Escolar de Trevões;
  - e) Câmara Municipal de S. João da Pesqueira;
  - f) Caixa de Crédito Agrícola de S. João da Pesqueira;
  - g) Sede da “PesqueirAmiga”;
  - h) Sede da Associação Sócio Cultural de Trevões.
2. O local da reunião deve ser escolhido, por votação, na reunião anterior.
3. O sistema de escolha do local da reunião deve permitir que todos os locais acolham uma reunião.

#### **Artigo 14.º**

##### **Convocatórias das reuniões**

1. O aviso de convocatória é efetuado pelo Presidente, através de comunicação escrita, e deverá conter:
  - a) indicação exata e rigorosa do dia, hora e local da reunião;
  - b) designação precisa e correta, na respetiva “Ordem de Trabalhos”, do assunto ou assuntos que vão ser tratados na reunião.
2. O aviso de convocatória é feito com antecedência mínima de oito dias através de correio eletrónico e de documento em suporte de papel afixado em local próprio (Escola Básica e Secundária de S. João da Pesqueira).
3. Excecionalmente, em caso de urgência justificada, as reuniões podem ser convocadas com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.
4. O Conselho Geral reúne ordinariamente uma vez por trimestre.
5. O Conselho Geral pode reunir extraordinariamente por ordem do seu Presidente, a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros em efetividade de funções com a indicação do assunto que desejam ver tratado ou por solicitação do Diretor do Agrupamento.
6. Considera-se como reunião extraordinária do Conselho Geral, aquela cuja ordem de trabalho resulte de exigências da vida escolar ou de assuntos imprevistos e eventuais de interesse relevante para a comunidade escolar.

### **Artigo 15.º** **Ordem de trabalhos**

1. A ordem de trabalhos das reuniões é definida por iniciativa do Presidente, salvo nos casos em que a reunião lhe seja requerida, sendo os requerentes a indicar a ordem de trabalhos, podendo o Presidente aditar-lhe os pontos que entenda necessário.
2. Cabe ao Presidente assegurar o cumprimento da ordem de trabalhos.
3. Por solicitação de dois terços dos membros presentes, podem ser acrescentados pontos à ordem de trabalhos.
4. A palavra é concedida pelo Presidente, respeitando a ordem de inscrição, a todos os membros.
5. Nas reuniões extraordinárias do Conselho Geral só se delibera sobre as matérias constantes da ordem de trabalhos.
6. As reuniões plenárias destinam-se a discussão, aprovação e deliberação, devendo qualquer estudo necessário ser realizado previamente pelos membros do Conselho Geral, individualmente ou em comissões/grupos de trabalho.

### **Artigo 16.º** **Duração das reuniões**

1. As reuniões têm uma duração máxima de duas horas e trinta minutos, podendo, no entanto, prolongar-se além desse tempo se nenhum membro se opuser.
  - 1.1. O conselho geral reúne e toma decisões no âmbito das suas competências, desde que estejam presentes onze dos seus elementos em exercício de funções, com direito a voto.
  - 1.2. Caso tal não se verifique, 30 minutos após a hora estabelecida, será convocada nova reunião.
2. Caso a ordem de trabalhos não seja concluída, será marcada nova reunião.

### **Artigo 17.º** **Quórum**

1. O Conselho Geral só pode deliberar quando estiverem presentes a maioria dos membros em efetividade de funções e com direito a voto.
2. Verificada a inexistência de quórum, será convocada uma outra reunião, com um intervalo de, pelo menos, quarenta e oito horas, que funcionará com o número de elementos presentes.

### **Artigo 18.º** **Deliberações**

1. Serão objeto de deliberação os assuntos incluídos na “Ordem de Trabalhos” da reunião.
2. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes na reunião, salvo em casos previstos em que, por disposição legal, se exija outro tipo de maioria.
3. Todas as deliberações devem ser objeto de escrutínio não secreto, à exceção dos casos explicitados neste Regimento ou na legislação correlacionada.

4. Se for exigível a maioria absoluta e esta não se concretizar, nem se verificar empate, proceder-se-á a nova votação e, se a situação supra se mantiver, adiar-se-á a deliberação para uma sessão seguinte, na qual será suficiente a maioria relativa para aprovação das matérias em apreço.
5. Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.

#### **Artigo 19.º** **Atas**

1. Será lavrada ata, nos termos da Lei, que registe o resumo de tudo o que se tiver passado na reunião.
2. A redação da ata deverá ser realizada por dois secretários designados para o efeito, de forma fixa, em modelo próprio adotado pelo Conselho Geral, em suporte informático e de papel.
- 2.1. A escolha dos secretários far-se-á nesta reunião, após a aprovação deste Regimento;
- 2.2. Eleger-se-ão, igualmente, dois secretários suplentes, que assegurarão a redação das atas, na impossibilidade ou ausência dos secretários titulares.
3. A ata, depois de elaborada, será submetida à aprovação do órgão na reunião seguinte, por parte dos membros que tenham estado presentes, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo.
- 3.1. No final de cada reunião será elaborada, lida e aprovada uma minuta, assinada pelo Presidente e pelos Secretários, para que possam ser aplicadas, com a urgência que se impuser, todas as deliberações tomadas.
4. O arquivo das atas fica à guarda do Presidente, em dossier próprio do Conselho Geral.
5. Poderão ser anexados às atas documentos produzidos no decurso das reuniões e documentos de trabalho que sejam subsidiários da compreensão das decisões tomadas.
6. O Presidente do Conselho Geral está isento da função de Secretário, bem como o Diretor.

#### **Artigo 20.º** **Aplicação das Deliberações**

1. As deliberações do Conselho Geral tornam-se executáveis, depois de aprovadas as respetivas atas/minutas relativas à reunião em causa.
2. As atas referidas no número anterior são documentos autênticos, fazendo prova plena, nos termos da lei.

#### **Artigo 21.º** **Página na Internet**

1. O Conselho Geral possui, na plataforma de Internet do Agrupamento, uma página exclusiva onde constará a composição do Conselho Geral, este Regimento, bem como outros documentos do interesse da comunidade educativa, que serão disponibilizados na página ou em local próprio na escola.

2. A manutenção/atualização da página é da responsabilidade do Presidente do Conselho Geral ou de outro(s) membro(s), a designar.

### **CAPITULO III** **Disposições finais**

#### **Artigo 22.º** **Entrada em vigor**

1. O presente Regimento entra em vigor, imediatamente após a sua aprovação em reunião do Conselho Geral.

#### **Artigo 23.º** **Alterações e Omissões**


1. O Regimento do Conselho Geral deve ser revisto, ordinariamente, no início de cada mandato e extraordinariamente quando dois terços dos membros em efetividade de funções assim o solicitarem.

2. A revisão extraordinária prevista no número anterior só pode ser feita por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções.

3. Qualquer omissão a este Regimento rege-se por toda a legislação aplicável, nomeadamente o Código do Procedimento Administrativo.

S. João da Pesqueira, 18 de fevereiro de 2014

O Presidente do Conselho Geral,



(Amadeu da Costa e Castro)